



ADVERTÊNCIA Para José Jorge, estatal oferece os principais contratos a amigos e apaniguados

José Jorge critica forma de atuação da empresa Cobra

O senador José Jorge criticou a estatal Cobra Tecnologia pela forma de ação no governo Lula. Disse que a Cobra age como empresa pública ao fazer contratos com o setor público e receber o serviço sem licitação, mas funciona como instituição privada ao contratar empresas sem licitação para realizar o serviço.

Página 3

Juiz acusado de abuso pede desculpas a Heráclito

O juiz eleitoral de Barreirinhas, no litoral maranhense, Fernando Barbosa de Oliveira Júnior, reconheceu na sexta-feira, perante a Corregedoria do Senado, ter cometido falhas na investigação de denúncia contra o senador Heráclito Fortes, que no dia 2 de outubro visitou aquela cidade.

Página 2

Três MPs trancam pauta das próximas votações

Sessão deliberativa do Plenário está prevista para quarta-feira da semana que vem, quando deverão ser analisadas medidas provisórias que trancam a pauta porque chegam ao Senado com prazo de votação já esgotado

Página 3



HOMENAGEM Plenário celebra hoje o centenário da imigração judaica no Rio Grande do Sul. Por causa das eleições, não haverá votação nesta semana

Eduardo: programas do governo não funcionam

A medida provisória que cria o programa Universidade para Todos (ProUni) não atrai a parceria das universidades privadas, segundo afirmou o senador Eduardo Siqueira Campos. Ele observou que as próprias instituições que deveriam oferecer bolsas aos

estudantes carentes estão contestando a medida com ações no Supremo. Eduardo ainda lamentou os resultados insignificantes do programa Primeiro Emprego, citando reportagem de *O Estado de S. Paulo*, sob o título "Primeiro Emprego: um ano sem festa".



DEBATE Eduardo diz que solicitará audiências públicas quando a MP do ProUni chegar ao Senado

Página 4

Uso de software livre avança no governo, afirma Serys

O software livre, que tem licença gratuita e codificação aberta, está sendo usado cada vez mais pelo governo federal. A constatação é da senadora Serys Slhessarenko, que elogia a iniciativa.

Página 2



AVANÇOS Serys diz que iniciativa do governo promove a inclusão dos mais pobres na era tecnológica

Serys elogia adoção de softwares livres

A presidente da Frente Parlamentar Mista do Software Livre e Inclusão Digital (Frensoft), senadora Serys Shlessarenko (PT-MT), elogiou iniciativa do governo federal de adotar cada vez mais *softwares* livres, que têm licença gratuita, podem ter sua estrutura modificada e não exigem atualizações. A senadora também elogiou a realização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada sempre no mês de outubro, promovida pelo governo.

Serys lembrou que as descobertas científicas e os avanços tecnológicos modificaram o mundo e garantiram maior conforto ao ser humano, mas estão ao alcance apenas das camadas superiores da sociedade. No entender da senadora, as iniciativas do governo objetivam promover a inclusão dos menos favorecidos no contexto de usuários das conquistas tecnológicas da Humanidade.

Os *softwares* livres já permitem ao governo economizar, desde agosto de 2003, cerca de R\$ 28,5 milhões de reais. Segundo a senadora, 91 órgãos federais já usam programas livres, incluindo todos os ministérios e a Receita Federal.

Juiz acusado de abuso de poder pede desculpas a Heráclito Fortes

■ Fernando Barbosa admite ter cometido falhas na investigação de denúncia contra o senador

O juiz eleitoral de Barreirinhas, no litoral maranhense, Fernando Barbosa de Oliveira Júnior, reconheceu na sexta-feira (22), perante a Corregedoria do Senado, ter cometido falhas na investigação de denúncia contra o senador Heráclito Fortes (PFL-PI), que no dia 2 de outubro visitou aquela cidade do Maranhão. Acusado de levar dinheiro ao candidato do PMDB nas eleições municipais, Albério



CONVICÇÃO Heráclito reafirma suspeita de que campanha contra ele é movida pelo PT do Piauí

co Filho, o senador teve sua bagagem revistada, foi perseguido por desconhecidos armados e não obteve de imediato certidão de inocência expedida pelo juiz,

embora nada incriminador tenha sido encontrado nas malas de sua comitiva.

Em reunião presidida pelo corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), Fernando Barbosa pediu desculpas a Heráclito Fortes por não ter expedido a certidão no mesmo dia – alegou que estava em missão no interior do município e que o senador não pedira o documento por escrito. O juiz também desculpou-se por não ter atendido a vários telefonemas dirigidos a ele por Heráclito.

– Duas ligações acho que não atendi e uma eu atendi e desliguei. Só que eu não sabia que eram de um senador da República. Por isso, peço, de

público, desculpas por esse mal-entendido – disse Fernando Barbosa.

Repetindo o que afirmara em discurso na tribuna do Senado, Heráclito Fortes disse na reunião da Corregedoria que estava em Barreirinhas a turismo e que nada tem a ver com a política do Maranhão. O juiz revelou ter abordado Heráclito em razão de denúncia telefônica do candidato do PT à prefeitura, Milton Dias da Rocha Filho, que se seguiu a um telefonema anônimo nos mesmos termos.

Fernando Barbosa afirmou estar convicto de que não cometeu abuso de poder, já que, como juiz eleitoral, estava cumprindo um dever de ofício. Admitiu, entretanto, que só mais tarde recebeu a denúncia oficialmente, na forma de “notícia-crime”. Quanto à certidão de inocência, expediu-a depois de receber o requerimento do senador, por escrito.

Plano

O senador Heráclito Fortes suspeita que esteja sendo vítima de um plano de desmoralização por parte do PT do Piauí, por causa das críticas dele sobre excesso de gastos que vem fazendo ao governo federal. Segundo o senador, as evidências dessa campanha de desmoralização seriam o episódio da revista em sua bagagem, a perseguição que sofreu de seguranças (aparentemente ligados ao PT de Barreirinhas, conforme Heráclito) e os ataques que recebeu do presidente do PT piauiense, deputado estadual João de Deus, feitos no Portal AZ, da Internet. O órgão, que se beneficiaria de verbas do governo do Piauí, deu grande destaque ao episódio e citou declarações de Fernando Barbosa negando que a inocência de Heráclito estava completamente provada. O juiz contestou as declarações.

Quanto à presença de seguranças em atitude agressiva, o juiz reconheceu tê-los notado quando da abordagem a Heráclito, mas não averiguou por estar atribulado naquele momento. Mais tarde, quando o senador foi seguido de carro, até com manobras conhecidas como cavalos-de-pau, o juiz Fernando Barbosa estaria fora da cidade e não teria sido informado da ocorrência.

Agenda



Homenagem à imigração judaica no RS

Não estão previstas votações para a sessão de hoje, que tem início às 14h30. Não deliberativa, ela se destina aos discursos dos senadores, aos comunicados da Mesa e à leitura de projetos. A hora do expediente da sessão vai comemorar o centenário da imigração judaica no estado do Rio Grande do Sul.

Aula inaugural no Interlegis

A Universidade do Legislativo (Unilegis) e o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) promovem hoje, às 10h30, a aula inaugural do curso de especialização “Controle

de Constitucionalidade”, no auditório do Interlegis. É uma parceria das instituições com o Superior Tribunal de Justiça e a Universidade de Brasília.

Eleições municipais na TV

O pleito municipal realizado este ano é um dos temas do programa *Entrevista*, que conversa com o professor da Universidade de Brasília e cientista político Octaciano Nogueira. O programa vai ao ar na TV Senado hoje, às 19h30.

Videoconferência

Às 14h30, a Biblioteca do Senado realiza, no auditório do Interlegis, videoconferência com o tema “Cenários para a sobrevivência da biblioteca”. A discussão será transmitida ao vivo para as assembleias legislativas de todo o país.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Shlessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Mesquita Júnior aponta abuso nas eleições em Manaus

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) denunciou ontem prática de abuso do poder econômico na campanha eleitoral para a prefeitura de Manaus. Ele relatou sua participação na campanha, apoiando o candidato do seu partido naquela capital, Serafim Corrêa, e disse ter testemunhado os estratagemas utilizados pelo adversário (Amazonino Mendes, do PFL) e pelo grupo político que comanda o estado e a capital há 20 anos.

– É um quadro de verdadeiro estelionato eleitoral – afirmou.

Mesquita Júnior dirigiu um apelo à população de Manaus para que “não se deixe envolver pelas promessas chulas, grosseiras e enganosas” do candidato adversário, como a abertura de 60 mil vagas no ensino fundamental. O senador destacou também que a prefeitura e o governo estadual anunciaram a antecipação do pagamento do 13º salário aos servidores.

– Recebam o 13º, aproveitem, mas não se iludam sobre o verdadeiro propósito. Percebam a estratégia do adversário – alertou Mesquita Júnior.



DISTORÇÃO Mesquita Júnior vê fraude em prática utilizada pelo candidato Amazonino Mendes

O senador ainda denunciou a utilização de uma onda de boatos e calúnias contra Serafim e a utilização de terceiros para votar com os títulos eleitorais de outros. Para Mesquita Júnior, é preciso que a Justiça Eleitoral e o Ministério da Justiça ajam para inibir os abusos que estão sendo cometidos em Manaus. Ele sugeriu que se revise o processo eleitoral brasileiro, “que é viciado e controlado pelo poder econômico”.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) disse que promessa enganosa é fraude eleitoral e acrescentou que, embora a urna eletrônica tenha contribuído muito para o aperfeiçoamento das eleições, não inibiu as fraudes e o abuso do poder econômico. Ele lembrou que, juntamente com o senador Pedro Simon (PMDB-RS), tem um projeto em tramitação estabelecendo o financiamento público de campanhas.

Senado retoma votações dia 3 com pauta trancada

■ Três MPs já estão incluídas na ordem do dia do Plenário para deliberação em regime de urgência

As sessões plenárias desta semana, que antecede o segundo turno das eleições municipais em diversas cidades do país, serão não deliberativas, destinando-se a pronunciamentos, leitura de projetos e comunicados da Mesa. A próxima sessão deliberativa está prevista para o dia 3, quando deverão ser analisadas, em regime de urgência, medidas provisórias (MPs) que se encontram trancando a pauta, já que não foram votadas no prazo de 45 dias após sua publicação.

A primeira MP (193/04) autoriza a União a repassar aos estados R\$ 900 milhões, como forma de compensar o que deixou de ser arrecadado com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre produtos de exportação.



TRANSPARÊNCIA Projeto de João Capiberibe obriga a divulgação de gastos públicos pela Internet

A segunda (194/04) abre crédito de R\$ 900 milhões, no Orçamento da União, para viabilizar a transferência dos recursos.

Outra medida provisória (195/04) estabelece o prazo máximo de 31 de outubro de 2006 para que os aparelhos de televisão vendidos no país contenham dispositivo eletrônico capaz de bloquear, previamente, a recepção de programas. O número de MPs que estarão na pauta da próxima sessão deliberativa pode aumentar,

caso a Câmara aprove novas medidas provisórias ao longo desta semana.

Se votar as MPs da pauta, o Plenário do Senado poderá decidir sobre o Projeto de Lei Complementar 130/03, do senador João Capiberibe (PSB-AP), que obriga o poder público a divulgar na Internet informações sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Imigração judaica

Na sessão de hoje, que começa às 14h30, os senadores vão celebrar o centenário da imigração judaica no estado do Rio Grande do Sul, durante a hora do expediente. A comemoração decorre de requerimento de iniciativa do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

De acordo com a justificativa do requerimento, chegaram em 1904 ao estado as primeiras 38 famílias de judeus provenientes da Rússia, “em busca de liberdade e paz”. Eles se instalaram em terras adquiridas no município de Santa Maria.

José Jorge critica forma de atuação da estatal Cobra

José Jorge (PFL-PE) criticou a estatal Cobra Tecnologia pela “forma híbrida de ação da empresa no governo de Luiz Inácio Lula da Silva”. Na opinião do senador, é hora de as associações profissionais da área de informática intervirem para garantir que esse mercado não seja corrompido.

–A Cobra é uma empresa pública na hora de fazer contratos com o setor público e receber o serviço sem licitação. Na hora que ela vai realizar o serviço, contrata empresas no mercado de informática também sem licitação. Então, nesse momento ela é uma empresa privada.

Contratos

De acordo com José Jorge, a Cobra tem contratos sem licitação com 22 prefeituras, sendo dois deles com a prefeitura de São Paulo. A empresa ainda tem contrato sem licitação com os mais importantes bancos estatais brasileiros, como Banco do Brasil (que controla a estatal), Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal e Banco da Amazônia, e com algumas

empresas de informática do setor público, como a Dataprev (empresa de tecnologia da Previdência Social), acrescentou.

O senador dirigiu apelo ao presidente da República para que “acabe com essa festa e com essa cooptação generalizada que está começando a aparecer no mercado de informática”. Ele afirmou que a estatal oferece seus principais contratos a amigos, protegidos e apaniguados, empresários petistas que contribuem para as campanhas do PT.

Cartão corporativo

Logo após o presidente José Sarney anunciar o arquivamento do Requerimento 741/04, que solicitava informações ao ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, sobre a utilização de cartões de crédito corporativo por servidores da Presidência da República, José Jorge, o autor da proposição, explicou que, enquanto a matéria tramitava, o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva resolveu anunciar mudanças para dar mais transparência a essa mo-



DENÚNCIA José Jorge afirma que empresa oferece melhores contratos a quem ajuda campanhas do PT

dalidade de gasto do governo.

– Esse requerimento tramitou na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e lá o governo, liderado pelo senador Aloizio Mercadante, conseguiu aprovar o seu arquivamento. Nós defendemos a necessidade de modificar a forma de uso desse tipo de cartão, para que a população pudesse verificar como o dinheiro estava sendo gasto – disse José Jorge.

Ele confessou que chegou a ficar irritado, no dia da votação da CCJ, e até deixou a reunião em sinal de protesto por entender que o líder do governo havia quebrado acordo pelo qual retiraria seu voto em separado considerando inconstitucional o teor do requerimento.



APOIO Proposta de Paulo Paim eleva em 25% provento do inativo que requer assistência permanente

Paim defende melhor salário para segurado inválido

Encontra-se na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), à espera de emendas, projeto de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) que altera a legislação previdenciária com o objetivo de elevar em 25% as aposentadorias dos segurados que necessitam de assistência permanente de outra pessoa

em razão de doença ou deficiência física.

A proposta (PLS 270/04) eleva o valor da aposentadoria especial por invalidez, assim como o benefício obtido por idade e por tempo de contribuição. O artigo 45 da Lei 8.213/91 estabelece o acréscimo de 25% apenas para as aposentadorias por invalidez, não alcançando aqueles segurados acometidos por doenças ou por incapacitação física depois de aposentados.

“Tal diferenciação é um contra-senso, além de contradizer um dos preceitos básicos da seguridade social: uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais”, afirma Paulo Paim na justificativa do seu projeto.

O senador acrescenta que o tratamento diferenciado torna-se ainda mais injusto quando se considera que os aposentados por idade e por tempo de contribuição (inclusive os que têm aposentadoria especial) contribuem igualmente para o custeio da Previdência.



ALERTA Apreensão de Arthur Virgílio se deve a notícia de crescimento anual de casos da doença no país

Virgílio cobra atuação do governo na prevenção do diabetes

Requerimento de informações ao ministro da Saúde, Humberto Costa, para saber se o governo possui programas de caráter educativo para prevenir doenças como diabetes e obesidade, foi apresentado pelo líder do PSDB na Casa, senador Arthur Virgílio (AM).

O senador está apreensivo com reportagem veiculada

pelo jornal amazonense *A Crítica*, registrando o crescimento anual de casos dessas doenças no país. Em estágio avançado, segundo a publicação, o diabetes pode causar até cegueira, o que pode ser evitado por meio de campanhas educativas na área da alimentação.

Arthur Virgílio apresentou também três votos de aplauso

a serem incluídos nos Anais do Senado. Um deles refere-se ao lançamento do livro sobre o ex-ministro da Justiça e ex-senador Paulo Brossard, de autoria do jornalista Luiz Valls, intitulado *Brossard: 80 anos na história política do Brasil*.

A outra manifestação de louvor proposta por Virgílio foi para o Centro Federal de Edu-

cação Tecnológica do Amazonas (Cefet), elevado à categoria de estabelecimento de ensino superior; e a terceira para o Projeto Bodozal, criado pela Prefeitura Municipal de Manaus e pela Pastoral da Criança. O projeto visa à melhoria das condições ambientais e de vida dos moradores do bairro Compesa.

Jucá elogia desempenho da avicultura brasileira

Ao destacar que o agronegócio brasileiro – e, dentro dele, a avicultura – tem dado grande contribuição ao desenvolvimento do país, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) afirmou que o setor tem potencial para crescer ainda mais, transformando o Brasil “em uma estupenda potência agrícola”.

– Confo, portanto, em que os diversos níveis de governo não permitirão que essa extraordinária oportunidade nos escorra por entre os dedos, adotando providências para assegurar o apoio ao homem do campo nas áreas do financiamento, da assistência técnica, da vigilância sanitária, do armazenamento e do transporte – disse ele.

Jucá ressaltou o desenvolvimento da avicultura, com base no Relatório Anual da União Brasileira de Avicultura (UBA) 2003/2004, que demonstra a evolução do setor, superando os índices gerais de crescimento do país. O senador acrescentou ainda que a avicultura assumiu, na última década, a liderança na produção de proteínas de alta qualidade.



EVOLUÇÃO Setor superou índices gerais de crescimento do país, ressalta Romero Jucá

ProUni não atrai faculdade particular, critica Eduardo

■ Entidades que podem conceder bolsas estão movendo ações contra o programa, alerta o parlamentar

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) contestou a edição da medida provisória que cria o programa Universidade para Todos (ProUni), por entender que não estabelece os incentivos corretos para atrair a parceria das universidades privadas. Ele ressaltou que as próprias entidades que deveriam conceder bolsas de estudo aos estudantes carentes estão movendo ação de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a MP 213/04, por meio da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen).

O senador disse que quando a MP chegar ao Senado solicitará uma série de audiências



DEBATES Eduardo anuncia que irá propor audiências públicas para discutir a proposta

públicas para sua análise. Para ele, é preciso investigar as principais questões relativas ao programa “para que não repita o fracasso do programa Primeiro Emprego”.

Eduardo citou reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, sob o título “Primeiro Emprego: um ano sem festa”, segundo a qual, da meta de 70 mil empregos, foram criados apenas 2.192. Os empresários estão relutantes

em participar do programa por entender que resultará em mais burocracia, mais fiscalização e mais impostos, disse, citando a reportagem.

O parlamentar lamentou que o Brasil esteja perdendo a oportunidade de abrir vagas para os 400 mil jovens que chegam ao mercado de trabalho todo ano, “um contingente que, pelo seu vigor e olhar novo sobre os assuntos, deveria ser a mola propulsora de inovações”. Ele frisou que somente um crescimento econômico entre 5% e 6% ao ano, combinado com um enérgico programa de qualificação de mão-de-obra, pode incorporar esse contingente ao mercado de trabalho.

Em aparte, o senador José Jorge (PFL-PE) criticou a atuação do governo.

– Mesmo quando a iniciativa é boa, como é o caso do Primeiro Emprego, o governo consegue estragá-la com uma operacionalidade defeituosa – disse o senador.

Lobão destaca homenagem da Força Aérea a senadores

A entrega da comenda Ordem do Mérito Aeronáutico aos senadores Luiz Otávio (PMDB-PA), Sibá Machado (PT-AC) e Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), durante comemorações do Dia do Aviador, deixou orgulhoso o senador Edison Lobão (PFL-MA). “Os ilustres colegas fazem jus por igual a tão honrosa distinção”, considerou, tecendo, “por razões sentimentais”, especial homenagem a Eduardo.

– Todos acompanhamos a elogiada atuação de Eduardo

Siqueira Campos no Senado, e muito nos regozija – especialmente àqueles, como eu, que o conheceram ainda menino – vê-lo trilhando caminhos da política sob as inspirações que marcam o homem público destinado a realizações que honram o nosso país – declarou.

Ainda sobre a homenagem, Lobão comentou que “ser condecorado pela Força Aérea Brasileira é merecer o reconhecimento de uma comunidade militar aplaudida em todo o território nacional”. Na sua



APREÇO Para Lobão, os agraciados Luiz Otávio, Sibá e Eduardo “fazem jus por igual a tão honrosa distinção”

opinião, a FAB é fundamental para o país não só pela capacidade tecnológica que agregou à aviação civil e militar, mas pela atuação em defesa da soberania nacional.



REPARO Proposta de Luiz Otávio está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça

Luiz Otávio quer corrigir regra para criação de municípios

Tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Luiz Otávio (PMDB-PA), modificada por substitutivo do relator, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que altera as regras para criação de municípios. O texto objetiva resolver a situação dos municípios criados, incorporados, fundidos e desmembrados por leis estaduais publicadas até 31 de dezembro de 2000. De acordo com a proposta (PEC 12/04), as modificações introduzidas na Constituição pela emenda 15/96 não se aplicam aos municípios nessas condições.

Na última reunião da CCJ foi concedida vista da matéria a pedido dos senadores Sibá Machado (PT-AC) e Ney Suassuna (PMDB-PB), em nome da liderança do governo.

Na justificativa, Luiz Otávio argumenta que a Emenda Constitucional 15/96 não previu que vários processos de criação de municípios estavam tramitando, alguns já com plebiscito realizado.

– Essa realidade prejudicou comunidades que imaginavam estar amparadas legal e constitucionalmente – pondera ele.